

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**ESPECIALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA  
GESTÃO ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CELIA MARIA DE OLIVEIRA DE CAMPOS  
JANAÍNA LÚCIA FEIJÓ**

**TEMA: ÊXODO DO JOVEM DO MEIO RURAL PARA O MEIO URBANO**

**ORIENTADORA: TÁLI PIRES DE ALMEIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso exigido como requisito obrigatório para obtenção de Título de Especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas da FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e EXTECAMP – Educação continuada da Unicamp.

São Paulo/SP

2015

## SUMÁRIO

### PARTE 1 – APRESENTAÇÃO

1.1. Participantes da Equipe.....	1/1
1.2. O Problema.....	1/1
1.3. Ator que declara o problema.....	1/1
1.4. Justificativa.....	1/1
1.5. Fluxograma Explicativo Com Aplicação Da Metodologia De Diagnóstico De Situações – MDS.....	3/1

### PARTE 2 – FUNDAMENTAÇÃO DOS NÓS EXPLICATIVOS

2.1. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos.....	1/2
2.2. Nós Críticos.....	2/2
2.3. Nós Explicativos.....	6/2

### PARTE 3 – PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES

3.1. Árvore do problema.....	1/3
3.2. Representação gráfica da Árvore do problema.....	2/3

### PARTE 4 – PAINÉIS DE DETALHAMENTO DAS AÇÕES PROPOSTAS PARA EQUACIONAR OS NÓS CRÍTICOS

4.1. Ações a serem implementadas.....	1/4
---------------------------------------	-----

### PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

5.1. Atores envolvidos.....	1/5
-----------------------------	-----

### PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

6.1. Painel - Análise de Riscos e Fragilidades.....	1/6
---	-----

### PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

### PARTE 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

8.1. APÊNDICES.....	2/8
8.2. ANEXOS.....	6/8

## **PARTE 1 - APRESENTAÇÃO**

### 1.1. EQUIPE

Célia Maria de Oliveira de Campos

Janaína Lúcia Feijó

### 1.2. O PROBLEMA

Êxodo Rural da Juventude

### 1.3. ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

### 1.4. JUSTIFICATIVA

O Tema Juventude rural - permanecer ou não no campo, embora seja complexo, por apresentar em seu bojo problemas históricos, por outro lado permite o reconhecimento de sua relevância para o futuro produtivo da agricultura familiar no Brasil. Por se tratar de indivíduos em fase de mudança psicossocial possibilita conhecer melhor traços e desejos, bem como elaborar diagnósticos considerando suas especificidades, apropriações culturais, relações sociais, econômicas, comerciais e políticas. Entende-se assim, que no jovem rural está a continuidade da atividade agrícola das famílias do campo, responsáveis pela capacidade produtiva do país e garantidora da soberania alimentar do País.

A agricultura e o mundo rural são fundamentais para governos e sociedade e, refletir sobre as transformações que estes vêm sofrendo é imperativo para a promoção do diálogo institucional, ações de governo e produção de conhecimento. A “nova ruralidade”, ou seja, a nova configuração do espaço e seus novos usos, atores, atividades econômicas e serviços prestados, relações de trabalho e questões fundiárias apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão.

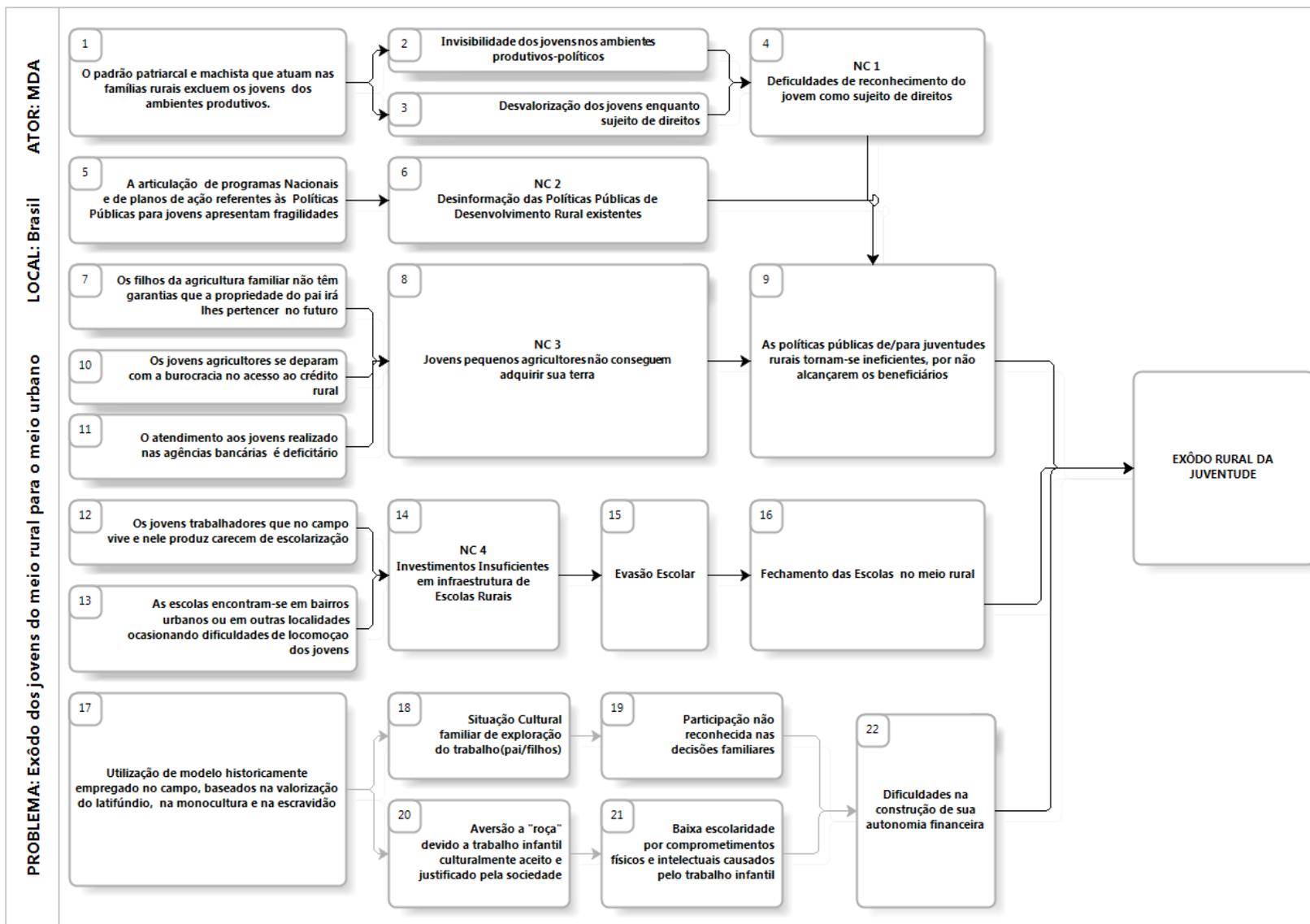
Percebe-se ainda, “certo desprestígio” do meio rural por parte da juventude, evidenciando-se uma dualidade em permanecer ou sair do meio rural, o qual gera conflito interno e, não raramente, a sua saída do campo em busca de novos horizontes profissionais e pessoais.

A situação cultural familiar de exploração do trabalho (pai-filhos) é uma das, senão a mais importante, delimitadora da escolha do jovem rural para este êxodo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1996 e 2006 o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a três milhões. Os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos têm um nível de escolaridade 50% maior do que os que moram no campo. A diferença entre os analfabetos é seis vezes maior no meio rural. Também, tão importante à esta análise são os dados do trabalho infantil no campo, que segundo a PNAD, 2006 apresentam o número de um milhão e meio de crianças e adolescentes do Brasil, que trabalham na área rural e destes 76,7% tem de 05 a 09 anos de idade. Tem-se ainda a realidade diária das escolas rurais, pois a cada dia, oito escolas fecham no Brasil, segundo censo escolar.

Diante disto, para gestores de esquerda que pensam para/com a juventude rural, é fundamental a compreensão dos motivos que levam a juventude rural a largar a unidade de produção familiar. Mas apenas debater os motivos que levam ao êxodo, não é suficiente! Precisam-se apontar mecanismos que transformem esta realidade e assegurem o direito do jovem a ficar no campo, quando este for, seu desejo!

O desafio é tirar o Brasil de um modelo historicamente empregado, que se baseia na valorização do latifúndio, na monocultura, na exploração da força de trabalho e no esgotamento do meio ambiente. Reconhecer os jovens como atores fundamentais de desenvolvimento do campo é o início de uma real (trans)formação, onde o meio rural seja um local de desenvolvimento digno de permanência para a juventude.

# 1.5. FLUXOGRAMA EXPLICATIVO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA - Com Aplicação Da Metodologia De Diagnóstico De Situações – MDS



## **Parte 2 – FUNDAMENTAÇÃO DOS NÓS EXPLICATIVOS**

### **2.1. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS**

Nos nós explicativos o ator social ou político que identifica problemas, ou seja, os aspectos da realidade que ele considera inadequados aos seus padrões normativos e se engaja no seu enfrentamento. No decorrer deste processo, se planeja e se analisa a situação, ou seja, se formula um problema central; estabelece os descritores que demonstram os principais aspectos nos quais o problema se manifesta; analisa o encadeamento das causas de diferentes níveis que geram o problema e; seleciona causas de alto impacto que estejam dentro da sua governabilidade como “nós”, cujo enfrentamento deve levar a um avanço significativo, alterando positivamente os descritores do problema no prazo determinado para o plano. A partir disto se cria a “cadeia causal” para elaboração do fluxograma.

Já os nós críticos, são os que satisfazem igualmente as condições de primeiro, exercendo impacto sobre o problema, de forma a cumprir sua resolutividade; segundo, o ator deve agir de modo prático e efetivo diretamente sobre o problema, sem a obrigação de atuar sobre a causa da causa; e terceiro deverá ter julgamento preliminar de sua viabilidade política e da relação custo-benefício político, agindo como centro oportuno de ação política. Se um nó explicativo cumpre estas três condições, é declarado nó crítico.

- **NÓS CRITICOS**

- ✓ **NC1 – Dificuldades de Reconhecimento do Jovem como Sujeito de Direitos**

A luta por reconhecimento de direitos no campo já é de longa data, porém, pós-Constituição de 1988, que os agricultores constituíram-se mais efetivamente como sujeitos políticos, foram reconhecidos pelo Estado. É preciso ser dito, que os movimentos e sindicatos exercem um papel fundamental na luta de direitos, mas mesmo diante das conquistas de políticas públicas e do reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de direitos, este universo está permeado de contradições e de novas possibilidades históricas. Surgem então a necessidade de reascender discussões sobre novas possibilidades "emancipatórias".

A atividade exercida pelos jovens dentro das propriedades, é de ajudante dos pais, a forma tradicional de patriarcalismo, e as tarefas femininas se limitam aos afazeres doméstico e “ajudante” na atividade leiteira. Os jovens do sexo masculino muitas vezes não são reconhecidos como sujeito de direitos em sua unidade familiar e outra questão é a inclusão da questão de gênero no desenvolvimento rural apresenta uma importante análise e deve ser considerada, principalmente, pelo processo de masculinização do campo, ou até mesmo levando em conta, o machismo culturalmente aceito, os quais geram uma invisibilidade das jovens em ambientes políticos e produtivos e desvalorização feminina refletida na autoestima da “jovem”, além do fato da sucessão familiar acontecer na maciça maioria ao filho homem. Também, segundo o IBGE à vida das mulheres no campo, cerca de 36% da população economicamente ativa no mercado de trabalho rural são de mulheres, mas elas não desfrutam dos benefícios e resultados sociais desse modelo de desenvolvimento; Assim, jovens do sexo feminino tem abandonado o campo e este êxodo afeta potencialmente o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que a própria continuidade do modelo familiar tradicional.

Desta forma, pensar e executar políticas públicas para a emancipação e autonomia da juventude rural é também ter consciência de que precisamos superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, monocultura e escravidão.

O MDA tem condições de incidir no processo de autoafirmação do jovem através de políticas que possibilitem renda e autonomia financeira, como por exemplo, o acesso ao crédito, o qual tem sido o principal incentivo do Governo Federal para o fortalecimento

da agricultura familiar nos últimos anos, e juntamente com outras políticas resgatar a esperança do jovem da roça, no sentido de viabilizar sua permanência do meio rural.

✓ **NC2 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rurais Existentes**

Sobre os processos de informação/conhecimento, geralmente, por ocorrer pouca apropriação de fluxos na ponta, ou seja, como quem opera as políticas públicas estão distantes da realidade dos beneficiários, bem como apresentam dificuldades de reconhecimento de fluxo de assimilação do Jovem agricultor, é gerado perdas significativas na qualidade das informações (quando chegam até o jovem).

As escolas de educação básica no campo não possuem formação nem conhecimento para ajudar estes jovens (somente as escolas Familiares Rurais, que lutam para sobreviver). Os aparelhos do Estado só recebem cartazes de divulgação, mas não são treinados para dirimir dúvidas a respeito, muito menos fornecer informações apropriadas.

Os gestores de governo precisam demonstrar, de forma mais estratégica, a articulação entre programas e ações específicos da juventude rural e políticas estruturantes para o desenvolvimento rural. As respostas apresentadas pelos governos, normalmente anunciadas por ações pontuais e pequenos ajustes, não são suficientes para promover a autonomia e emancipação da juventude rural. Intensificar a luta em torno da reforma agrária e a educação do campo é essencial para superar este ciclo de desigualdades.

Estas Desinformações das políticas públicas não só podem como devem ser enfrentadas, para que haja real desenvolvimento rural. Tem-se atuação, impacto e governabilidade, onde o MDA juntamente com parceiros, articulem gestores, executores e nivelem às concepções da Política Nacional de Juventude em termos de conceitos, diretrizes, estratégias para o desenvolvimento das ações.

✓ **NC3 – Jovens Pequenos Agricultores não conseguem adquirir sua terra**

Grande parte dos jovens pequeno-agricultores não consegue adquirir sua terra por não ter garantia, de que a terra comprada via crédito fundiário irá lhes pertencer no futuro, também devido ao excesso de burocracias para terem acesso ao crédito rural, assim como falta de um atendimento qualificado nas agências bancárias.

O PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por exemplo, foi criado com a pretensão de facilitar o acesso da agricultura familiar ao crédito rural, tendo uma perspectiva diferente da lógica concentradora das políticas agrícolas

tradicionais. Durante os seus primeiros anos de vida, porém, não foi o que aconteceu. Os dados disponíveis demonstram que o programa favorecia essencialmente os agricultores familiares que habitam as regiões mais ricas do país que, a partir das normas gerais adotadas, encontram mais facilidades para acessar os empréstimos bancários.

Apesar das políticas públicas de acesso a terra serem ações importantes para milhares de agricultores, elas apresentam fragilidades de concepção e operacionais. A reforma agrária via desapropriação e a regularização fundiária está sim contribuindo para reordenar o espaço rural, só que de forma lenta, pois não está sendo aplicado com o objetivo principal de ordená-lo, e sim como uma ferramenta de acesso à terra de famílias de agricultores.

O Plano Nacional de Crédito Fundiário – PNCF é o programa atual no Brasil que busca incentivar, fortalecer e garantir renda ao homem do campo, porém, a ausência de assistência técnica rural tem se apresentado como uma das principais causas do aumento da inadimplência e abandono das áreas. E também conforme pesquisa ( anexo II) foi relato pelos jovens problemas burocráticos, como o não recebimento do financiamento.

Atualmente é responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA trabalhar para que o princípio da função social da terra seja reconhecido, regulamentado e aplicado, adequando-os a outros direitos fundamentais, e ao interesse público.

#### ✓ **NC 4 – Investimentos insuficientes em infraestrutura de escolas rurais**

A garantia constitucional do direito à educação foi substituída pela lógica da relação custo-benefício pelo poder público. O meio urbano é usado para justificar o fechamento das escolas no meio rural. O pensamento dos gestores neoliberais baseia-se na política de nucleação, onde reuni os alunos “espalhados” pelo território, assim, gastará menos de acordo com suas referências de qualidade.

Enfatiza-se a importância da construção de uma educação igualitária, a qual está diretamente ligada à desconstrução de muitos mitos atualmente pregados na educação no campo. Precisa-se assim, romper a visão “urbano Centrica”, que impõe uma educação centrada na cidade. Nesse raciocínio, a escola deve atender às especificidades da vida rural e de cada região conforme estabelecido pelo artigo 28 da LDB, que institui:

- Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II-organização escolar própria, incluindo

adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL, 1996: art. 28)

Essa política de nucleação desrespeita o Estatuto de Criança e dos Adolescentes (ECA) que indica que os educandos devem ser atendidos nas suas próprias comunidades.

É plenamente possível juntamente com o MEC, fortalecer o diálogo com os movimentos sociais, para que se atenda às necessidades e demandas reais, bem como assegurar investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas rurais. E com isso unir forças para combater a lamentável constatação de que nos últimos 10 anos foram fechados mais de 37 mil escolas no campo. Isso é um alerta para que se pensem meios institucionais de garantir o sistema público de educação do campo, e não que os jovens tenham que sair do meio rural para acessar o sistema de ensino.

- **NÓS EXPLICATIVOS**

- ✓ **NE 1 – Padrão patriarcal e machista que atuam nas famílias rurais excluem os jovens dos ambientes produtivos.**

É necessário ainda, superarmos problemas históricos. Pesquisas demonstram que, dentre os motivos que levam à migração no campo-cidade, estão a desvalorização feminina e o fato da sucessão (estratificação) da propriedade dar-se geralmente ao filho homem.

- ✓ **NE 2 – Invisibilidade dos jovens nos ambientes produtivo-políticos.**

É importante destacar, que a evasão dos jovens das áreas rurais se dá também por conta de uma discriminação baseada na invisibilidade de sua condição juvenil e pela desvalorização do seu papel enquanto pessoa político-produtiva. Além da sua capacidade de produção a juventude rural é formadora de opinião e estes jovens precisam ser vistos como pessoas que possuem capacidade de analisar a conjuntura e, em matéria de política, emitir opiniões fundamentadas. O estabelecimento de diálogo com este jovem deve ser potencializado pelo fato deste ter a capacidade de influenciar politicamente outras pessoas.

- ✓ **NE 3 – Desvalorização do jovem enquanto sujeito de direitos.**

Os dados demográficos sobre a população jovem brasileira demonstram a continuidade dos processos migratórios campo-cidade nas últimas décadas. Entre os motivos apontados para a emigração rural estão os atrativos da vida urbana principalmente em opções de trabalho remunerado, ou seja, o reconhecimento como sujeitos de direitos.

- ✓ **NE 4 – Dificuldades de reconhecimento do jovem como sujeito de direitos. NCI**

Já explicado na página 2/2.

- ✓ **NE 5 – Articulação de programas Nacionais e de planos de ação referentes às Políticas Públicas para jovens apresentam fragilidades.**

O desafio é grande. Fazem-se necessárias novas discussões e formulações de políticas públicas para e com a juventude rural para a construção de um efetivo projeto de desenvolvimento rural. O processo de formulação das políticas deve ser questionado juntamente com seu público-alvo. Para superar gargalos, fortalecer e promover o desenvolvimento da agricultura familiar e juventude rural é necessário a integração de

políticas públicas, agrícolas e de desenvolvimento rural, de forma a reduzir os atritos e aumentar a convergência entre os diversos níveis de intervenção do setor público.

- ✓ **NE 6 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural existentes.**

**NC 2**

Já explicado na página 3/2.

- ✓ **NE 7 – Os filhos da Agricultura Familiar não têm garantias que a propriedade do pai irá lhes pertencer no futuro.**

O desejo migratório dos jovens, em grande parte, é justificado por problemas existentes na garantia de direitos de transferência das propriedades agrícola dos pais para os filhos e por características referentes à limitação do tamanho da área de terra. Este contexto, fortalece a tendência à um rural cada vez mais esvaziado e envelhecido, com predominância à masculinização, uma vez que, a questão de gênero no meio rural ainda é muito forte.

- ✓ **NE 8 – Jovens pequenos agricultores não conseguem adquirir sua terra. NC 3**

Já explicado na página 3/2.

- ✓ **NE 9 – As Políticas Públicas de/para Juventudes rurais tornam-se ineficientes, por não alcançarem os beneficiários.**

Ainda existe um abismo entre campo e cidade no que se refere às políticas públicas. Muitas dessas políticas não chegam ao campo ou, quando chegam, apresentam distorções que colocam em risco sua efetividade. Por fatores como distanciamento dos jovens das agências, dos serviços públicos, pela burocracia ou mesmo por atravessadores que cobram altos valores para realizar a parte “documental” os jovens acabam não tendo acesso a políticas públicas. O monitoramento e a avaliação das políticas públicas também é um desafio para os movimentos sociais do campo. É preciso lutar pela efetividade, publicidade e clareza das políticas e dos recursos públicos empregados. Embora tenha melhorado, ainda existem dificuldades no monitoramento das políticas que chegam ao campo.

- ✓ **NE 10 – Os jovens agricultores se deparam com a burocracia no acesso ao crédito rural.**

O mercado de crédito apresenta algumas imperfeições, que provocam vários problemas como a exclusão bancária, principalmente para a parcela da população mais pobre, mulheres, jovens e o racionamento do crédito por parte dos bancos. Tanto no caso dos bancos como no da extensão, a importância do crédito não foi suficientemente internalizada. Ademais, o aumento da demanda por crédito não é acompanhado pelo aumento do número de funcionários, o que resulta em sobrecarga para os agentes ativos e na dificuldade tanto de elaboração de projetos capazes de gerar renda como em seu acompanhamento.

✓ **NE 11 – O atendimento aos jovens realizado nas agências bancárias é deficitário.**

É preciso superar problemas causados durante séculos de exclusão socioeconômica dos pequenos agricultores familiares, e com isso as agências precisam superar preconceitos e avançar justo e igualitariamente.

✓ **NE 12 – Os jovens trabalhadores que no campo vivem e nele produzem carecem de escolarização.**

As oportunidades no campo da educação, de acesso ao estudo completo (médio e superior) para o jovem rural são deficitárias. As escolas rurais existentes têm estrutura ineficiente, são pequenas, precárias, têm aprendizado heterogêneo e são pedagogicamente improdutivas. Os jovens possuem potencial cognitivo, mas, estudam com materiais diferentes da sua realidade. Uma das características das escolas rurais é que mais de 70% são multisseriadas, o que requer investimento na qualificação dos professores. Pesquisas têm mostrado que é comum os professores trabalharem com métodos de ensino típicos das escolas seriadas em turmas multisseriadas, afetando a qualidade do ensino aprendizagem. É necessário trabalhar currículos mais próximos da realidade dos alunos.

✓ **NE 13 – As escolas encontram-se em bairros urbanos ou em outras localidades ocasionando dificuldades de locomoção dos jovens.**

Quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em se deslocar de uma área para outra fica evidente a importância de políticas públicas que atendam efetivamente as necessidades do dia a dia dos jovens rurais como: transporte escolar com veículos em quantidade suficiente e em condições de uso e estradas adequadas para a locomoção. A ausência de tais fatores tem trazido muitos transtornos para os jovens

trabalhadores, como baixa qualidade no seu processo de ensino aprendido, e evasão escolar.

✓ **NE 14 – Investimentos insuficientes em infraestrutura de Escolas Rurais. NC4**

Já explicado na página 4/2.

✓ **NE 15 – Evasão escolar.**

Há muitos motivos que determinam o desânimo e a falta de perseverança no avanço escolar: – o fechamento das escolas, a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado, doenças crônicas, dificuldades com mobilidade, pois, as escolas encontram-se em bairros urbanos ou em outras localidades, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, etc.

✓ **NE 16 – Fechamento das escolas no meio rural.**

A lógica de trabalho e de vida do campo é diferente da cidade, portanto, deve ser respeitada, e um projeto de educação formal que seja apropriado ao contexto de vida das pessoas deve considerar isso. A lamentável constatação de que nos últimos 10 anos foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo é um alerta para que se pensem meios institucionais de garantir o sistema público de educação do campo, e não que os (as) camponeses (as) tenham que sair do meio rural para acessar o sistema de ensino.

✓ **NE 17 – Utilização de modelo historicamente empregado no campo baseado na valorização do latifúndio, na monocultura e na escravidão.**

A extrema concentração fundiária herdada do processo de colonização, as péssimas condições de vida existentes na zona rural e a modernização do processo produtivo no campo contribui para o processo de esvaziamento do campo. A partir dos anos 80 o país começou uma intensa mecanização da agricultura, novas formas de plantio e de colheita. “A produção agrícola cada vez menos necessita de mão de obra e é justamente a falta de oportunidades para os jovens que os faz sair das áreas rurais e migrar para áreas urbanas”. A elevada participação do jovem no movimento migratório do meio rural para o urbano está diretamente ligada à ampliação do agronegócio.

✓ **NE 18 – Situação cultural familiar de exploração do trabalho (pai/filho).**

Culturalmente, a inserção da criança desde cedo no mundo do trabalho rural contribui

para a aquisição de conhecimentos necessários para a realização da prática agrícola e para sua formação num possível ofício de agricultor. O processo de trabalho, é coordenado pelo homem adulto (o pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico que é transmitido no próprio trabalho. Portanto, “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis”. É o pai quem encarna o trabalho agrícola, logo o resultado do trabalho ali realizado é trabalho dele; mesmo desempenhando tarefas fundamentais à produção, os jovens apenas “ajudam”, tal situação, muitas vezes estimula o êxodo dos jovens para as cidades em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

✓ **NE 19 – Participação não reconhecida nas decisões familiares.**

O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai, sem direito a opinar sobre as principais decisões, esta não participação é um dos principais fatores que inibem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens e o que os impede de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A primeira barreira é de ordem cultural e está associada aos conflitos dos jovens na família. O jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar. A estrutura patriarcal, que ainda existente na maioria das áreas rurais, limita o acesso dos jovens a manifestações e até mesmo na tomada de decisões.

✓ **NE 20 – Aversão à “roça”, devido a trabalho infantil culturalmente aceito e justificado pela sociedade.**

A situação cultural, a pobreza das famílias da zona rural, o baixo nível educacional dos pais, a falta de visão à longo prazo, são fatores que devem ser levados em consideração, pois, pais que trabalharam quando crianças enxergam com mais naturalidade o trabalho infantil e são mais propensos a colocar os filhos para trabalhar muito cedo. Muitos jovens absorvem verdadeira repulsa pela roça, devido a este trabalho infantil. Deste modo ficam impedidos de avaliar a verdadeira riqueza de seu trabalho e as possibilidades de uma ótima qualidade de vida.

✓ **NE 21 – Baixa escolaridade por comprometimentos físicos e intelectuais causados pelo trabalho infantil.**

1 milhão e meio de crianças e adolescentes do Brasil trabalham na área rural. Destes 76,7% te de 05 a 09 anos. Há, no Brasil, de forma regionalmente diferenciada, uma cultura de valorização do trabalho com o objetivo de retirar as crianças e os adolescentes da ociosidade e da possível delinquência. Existem, também, fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, como pequena produção agrícola, em que os objetivos primordiais são o aprendizado culturalmente ensinado de geração em geração. E também, ocorre a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, que muitas vezes é a única forma de sustento da família.

✓ **NE 22 – Dificuldades na construção de sua autonomia financeira.**

As reivindicações dos jovens filhos de agricultores abordam dois aspectos: o primeiro aspecto é o acesso a uma renda própria, onde possam decidir como utiliza-la, questão dificilmente equacionável, pois os recursos geralmente ficam sob o controle do pai e a alternativa para estes jovens é o assalariamento no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola; o segundo aspecto é a autonomia em relação aos pais que requer a mudança nas relações familiares, através da participação de todos no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

## Parte 3 – PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES

### 3.1. ÁRVORE DO PROBLEMA

Considerando que o Ministério de Desenvolvimento Agrário tem a missão de promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso a terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país, é imperativo declarar enfrentamento ao problema de evasão dos jovens do meio rural para o urbano.

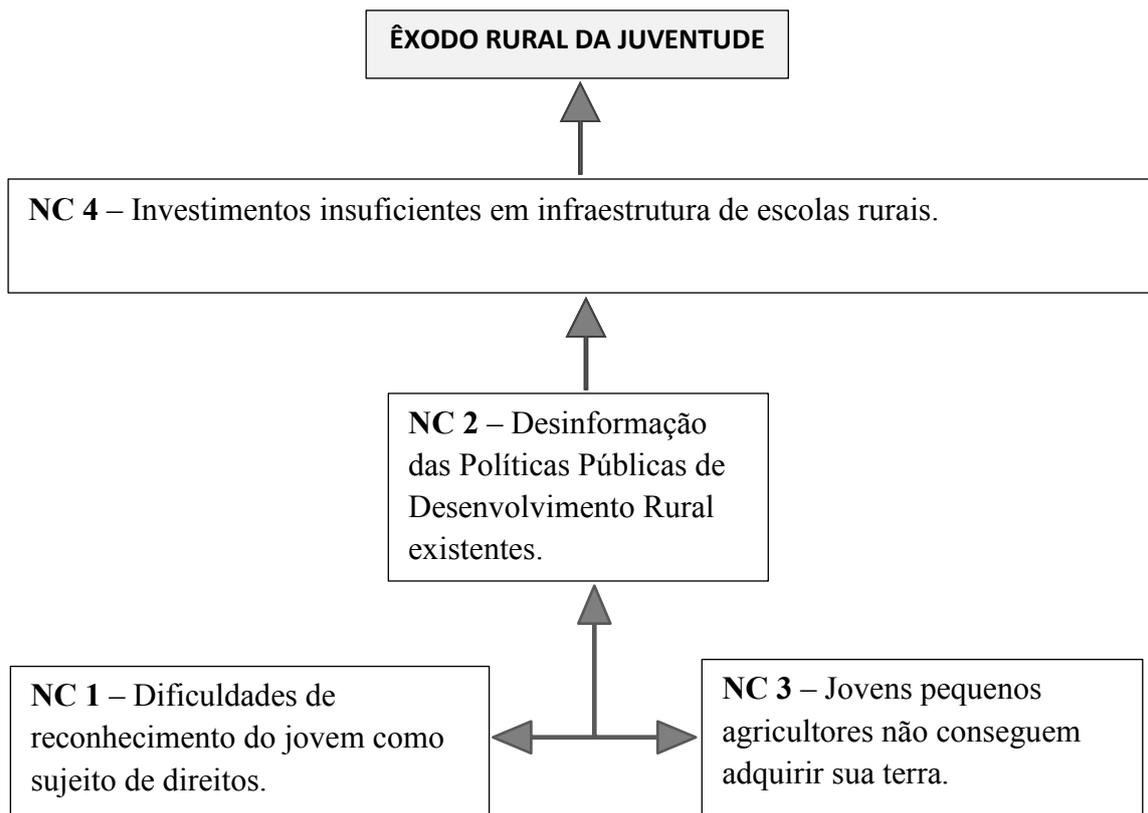
Entre 1996 e 2006 o número de jovens que deixaram o campo chegou a três milhões. Os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos têm um nível de escolaridade 50% maior do que os que moram no campo. O Brasil apresenta o número de um milhão e meio de crianças e adolescentes em trabalho infantil. Dos 53 milhões de jovens no Brasil, oito milhões estão no meio rural, o que representa um para cada seis em todo o país. Os jovens entre 15 e 29 anos representam 27% de toda a população rural do Brasil.

Diante deste cenário podemos apontar a seguinte consequência, decorrente do Problema Central: Falta de Sucessão nas propriedades rurais. Isso porque o agricultor não está mais influenciando seus filhos para dar continuidade à atividade rural. Com isso, acentua-se o êxodo rural, além de aumentar os problemas que afetam tanto o jovem que saiu do campo, quanto às cidades devido aos constantes processos de migrações.

Os jovens que saem do campo para cidade são atraídos pelas ofertas de trabalho, pelo certo “comodismo”, estudo e tudo o que as cidades oferecem, assim, partem em busca de uma possível condição melhor de vida e não dão continuidade às atividades da propriedade rural. Quando percebem a realidade da cidade, acabam retornando para a propriedade dos pais, muitas vezes já com uma família constituída e em uma situação pior do que aquela que tinham quando saíram.

Esses fatos são ainda mais agravantes em pequenos municípios que têm sua base econômica centrada na agropecuária, pois os jovens são atraídos para os municípios maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho, ocasionando a diminuição da população e a perda de mão-de-obra qualificada.

### 3.2. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ÁRVORE DO PROBLEMA



## Parte 4 – PAINÉIS DE DETALHAMENTO DAS AÇÕES PROPOSTAS PARA EQUACIONAR OS NÓS CRÍTICOS

### 4.1. AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

<input type="checkbox"/> <b>NC 1 – Dificuldades de Reconhecimento do Jovem como Sujeito de Direitos</b>				
<b>AÇÃO</b>	<b>TAREFAS</b>	<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1.1. Promover a democratização do acesso a terra, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da Juventude rural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural.</li> <li>- Realizar diagnóstico sobre a realidade do/a jovem, para propor políticas públicas de acordo com as demandas e realidades do território.</li> <li>- Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cognitivo</li> <li>Político</li> <li>Financeiro</li> <li>Organizacional</li> </ul>	2 anos	MDA
1.2. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a participação de mulheres entre os técnicos Participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER.</li> <li>- Promover Capacitação dos técnicos da Assistência Técnica para Assegurar assistência técnica de acordo com as especificidades das mulheres trabalhadoras rurais.</li> <li>- Capacitar técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Metodologias de trabalho com as mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cognitivo</li> <li>Financeiro</li> <li>Organizacional</li> </ul>	2 anos	MDA

1.3. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar e fortalecer Câmaras de jovens Rurais nos territórios Rurais e da cidadania.</li> <li>- Ampliar e apoiar a organização e o funcionamento dos Colegiados Territoriais.</li> </ul>	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	2 anos	MDA
--	---	---	--------	-----

**NC 2 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rurais Existentes**

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
2.1. Criação de um programa de Centros de Pesquisa Sociais Aplicada ao Desenvolvimento Rural (Observatório)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar, produzir e difundir o conhecimento. Técnico e científico sobre o desenvolvimento Rural, agricultura familiar, reforma agrária e sobre os programas e políticas do MDA/INCRA.</li> <li>- Realizar diagnósticos Territoriais para subsidiar a tomada de decisão dos Territórios e gestores públicos, permitindo assim uma melhor adequação dos recursos e criar conexões entre dados objetivos, estatísticas, investimentos e dados subjetivos, ligados à representação social da juventude rural na Agricultura Familiar;</li> <li>- Instalar Núcleos de Estudos Fundiários.</li> <li>- Realizar e divulgar estudo e pesquisas.</li> </ul>	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	4 anos	MDA

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar estudos qualitativos sobre a Implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres rurais;</li> <li>- Realizar estudos para qualificar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas ;</li> <li>- Realizar e divulgar estudos sobre Avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia e emancipação da juventude rural.</li> </ul>			
<p>2.2. Adotar a Política territorial como estratégia de desenvolvimento rural</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a participação da juventude nos Colegiados Territoriais e Redes de Colegiados.</li> <li>- Ampliar a participação dos jovens rurais nos espaços de formulação, monitoramento, controle e integração das políticas públicas.</li> <li>- Realizar Encontros dos Comitês Territoriais de Juventude Rural.</li> <li>- Operar através de uma gestão das informações identificando as necessidades informacionais da política, do Programa e dos projetos rurais, bem como mapear filtrar, analisar, organizar, e disseminar as informações levantadas para os estados e municípios, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento Rural e otimizar as informações ao público beneficiário.</li> </ul>	<p>Cognitivo Financeiro Organizacional</p>	<p>1 Ano</p>	<p>MDA</p>

	- Criar via PRONATEC Campo cursos de esclarecimento sobre políticas públicas e SICONV.			
--	--	--	--	--

**NC3 – Jovens Pequenos Agricultores não conseguem adquirir sua terra**

<b>AÇÃO</b>	<b>TAREFAS</b>	<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
3.1. Desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos jovens agricultores	- Garantir condições de acesso ao Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. - Ampliar o número de jovens rurais com acesso ao crédito.	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	2 anos	MDA
3.2. Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias.	- Capacitar operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas Para os jovens e atenção às jovens mulheres.	Cognitivo	1 ano	MDA
3.3. Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária	- Promover a sucessão rural (como possibilidade de venda entre familiares) incentivando a permanência da juventude no campo. - Ampliar e aperfeiçoar o acesso aos recursos do Crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária para a juventude rural.	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	2 anos	MDA/INCRA

**NC 4 – Investimentos insuficientes em infraestrutura de escolas rurais**

<b>AÇÃO</b>	<b>TAREFAS</b>	<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
4.1. Assegurar	-Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda	Cognitivo	4 anos	MC/MEC

<p>investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas.</p>	<p>Larga.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a adesão dos Municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola.</li> <li>- Laboratórios de informática para as escolas do campo.</li> <li>- Estimular a educação em alternância nas escolas rurais.</li> <li>- Aproveitar as estruturas fechadas para cursos de formação e qualificação profissional.</li> </ul>	<p>Financeiro Organizacional</p>		
<p>4.2. Oportunizar a permanência do jovem recém-formado na comunidade de origem, para agir com seu projeto produtivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos.</li> <li>- articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva.</li> <li>- Garantir bolsa universitária para jovens filhos/as de agricultores/as familiares para que tenham acesso ao ensino técnico e superior com o compromisso de que eles retornem para desenvolver atividade (remunerada) na comunidade por um período mínimo de 3 anos.</li> </ul>	<p>Cognitivo Político Financeiro Organizacional</p>	<p>2 anos</p>	<p>MEC</p>

## PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

### 5.1. ATORES ENVOLVIDOS

**NC 1 – Dificuldades de reconhecimento do jovem como sujeito de direitos**

**Ação 1.1.** Promover a democratização do acesso a terra, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da Juventude rural.

ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
INCRA	Político Organizacional	- Gestão  - Falta de uma política clara sobre titulação de terras.	- Colocando a mulher como titular da terra.  - Fortalecendo crédito fomento mulher  - Fortalecendo o Estatuto da Terra	Morosidade nos processos	Apontando os critérios

**Ação 1.2.** Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura Familiar

ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Executores	Cognitivo	Técnicos com metodologias ultrapassadas	Prestando assistência	Não executando a contento	Fiscalização

**Ação 1.3.** Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida.

ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Colegiado territorial	Cognitivo	Faltam conhecimentos sobre as políticas públicas	Integrando as políticas públicas; Socializando e promovendo seminários de avaliação.	Não priorizando a dinâmica participativa.	Reconhecendo, fortalecendo e legitimando os territórios.

**NC 2 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural existentes**

**Ação 2.1.** Criação de um programa de Centros de Pesquisa Sociais Aplicada ao Desenvolvimento Rural (Observatório)

ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Universidade Federal	Financeiro - Convênio	Limitação na gestão	Pesquisa		Apontando indicadores e variáveis

**Ação 2.2.** Adotar a Política territorial como estratégia de desenvolvimento rural

ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Colegiado Territorial	Cognitivo	Faltam conhecimentos sobre as políticas públicas	Integrando as políticas públicas; Socializando e promovendo seminários de avaliação.	Não priorizando a dinâmica participativa.	Reconhecendo, fortalecendo e legitimando os territórios.

**NC 3 – Jovens pequenos agricultores não conseguem adquirir sua terra**

<b>Ação 3.1.</b> Desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos jovens agricultores					
ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Agências Bancárias	Financeiro	Sistema	Facilitando processos de informação	Criam processos burocráticos que não compliquem o acesso dos jovens; Sistema.	Promover diálogo e esclarecimentos
<b>Ação 3.2.</b> Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias.					
ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Agências Bancárias	Financeiro	Sistema	Facilitando processos de informação	Criam novos processos burocráticos; Sistema.	Promover diálogo e esclarecimentos
<b>Ação 3.3.</b> Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária					
ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
INCRA	Político Organizacional	- Gestão - Falta de uma política clara sobre titulação de terras.	- Colocando a mulher como titular da terra. - Fortalecendo crédito fomento mulher - Fortalecendo o Estatuto	Morosidade nos processos	Apontando os critérios

			da Terra		
<p><input type="checkbox"/> <b>NC 4 – Investimentos insuficientes em infraestrutura de escolas rurais</b></p> <p><b>Ação 4.1.</b> Assegurar investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas rurais.</p>					
ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
MEC	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	Perda de foco na pedagogia da alternância e no currículo baseado nas dinâmicas e culturas locais com enfoque na agroecologia, economia solidária, extrativismo, pesca, cooperativismo e associativismo.	Ampliar a proporção de recursos destinados à Educação, assegurando que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) seja destinado à Educação.	Não alcançando metas do PNE	Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade.
<p><b>Ação 4.2.</b> Oportunizar a permanência do Jovem recém-formado na comunidade de origem, para agir com seu projeto produtivo.</p>					
ATOR	RECURSO QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
MEC	Cognitivo Político Financeiro	Perda de foco na pedagogia da alternância e no currículo baseado nas	Ampliar a proporção de recursos destinados à Educação, assegurando	Não alcançando metas do PNE	Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural,

	Organizacional	dinâmicas e culturas locais com enfoque na agroecologia, economia solidária, extrativismo, pesca, cooperativismo e associativismo.	que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) seja destinado à Educação.		com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade.
--	----------------	--	---	--	--

## PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

### 6.1. PAINEL - ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	<p><b>NC 1 – Dificuldades de reconhecimento do jovem como sujeito de direitos.</b></p> <p><b>Ação 1</b> – Promover a democratização do acesso a terra, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da Juventude rural.</p> <p>Efeitos Positivos.</p> <p><b>Ação 2</b> – Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura Familiar.</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>Ação 3</b> – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>NC 2 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural existentes</b></p> <p><b>Ação 1</b> – Criação de um programa de Centros de Pesquisa Sociais Aplicada ao Desenvolvimento Rural (Observatório)</p> <p>Efeitos positivos</p> <p><b>Ação 2</b> – Criação de um programa de Centros de Pesquisa Sociais Aplicada ao Desenvolvimento Rural (Observatório)</p> <p>Efeitos Positivos</p>

	<p><b>NC3 – Jovens Pequenos Agricultores não conseguem adquirir sua terra</b></p> <p><b>Ação 1</b> – Desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos jovens agricultores</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>Ação 2</b> – Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias.</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>Ação 3</b> – Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>NC 4 – Investimentos insuficientes em infraestrutura de escolas rurais</b></p> <p><b>Ação 1</b> – Assegurar investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas.</p> <p>Efeitos Positivos</p> <p><b>Ação 2</b> – Oportunizar a permanência do Jovem recém-formado na comunidade de origem, para agir com seu projeto produtivo.</p> <p>Efeitos Positivos</p>
<p>2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p><b>NC2 – Desinformação das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural existentes</b></p> <p><b>Ação 1-</b> Promover a democratização do acesso a terra, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da Juventude rural.</p> <p>O efeito gerado por esta ação é desejado, desde que tenhamos um Estado que reconheça as demandas específicas das mulheres e reconheça a existência das desigualdades e seu papel nas ações capazes de combatê-las. É indispensável incorporar na agenda a construção da igualdade!</p> <p><b>Ação 2</b> – Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura Familiar.</p>

	<p>É importante que a Demanda venha através de construções realizadas nas plenárias Territoriais, ou seja, demanda vinda dos beneficiários, para que não aconteça de abrir uma chamada pública que não dialogue na integra com a realidade local.</p> <p><b>Ação 3</b> – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida.</p> <p>O efeito negativo está na não utilização da abordagem territorial.</p>
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	<p>Este programa de ações está formulado para atender demandas e necessidades sociais estruturais/culturais. Com isso Precisa de continuidade, de planejamento em longo prazo, de ações articuladas no interior do aparato governamental e na relação deste com a sociedade civil e por mais que esteja planejado para 4 anos, sabemos que precisamos de mais tempo para visualizar mudanças mais profundas.</p>
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	<p>Gestores comprometidos com a reforma agrária e com o desenvolvimento rural sustentável, onde a Agricultura camponesa seja prioridade e os jovens e as jovens ganhem visibilidade social!</p>
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	<p>Os apresentados são os ideais: Cognitivo, Político, Financeiro e Organizacional.</p>

## **PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme o Censo de 2010, um quarto da população brasileira é composto por jovens com distribuição de gênero bastante equilibrada. Segundo o IBGE (2010) cerca de 8 milhões de pessoas enquadradas na faixa etária de 15 a 29 anos residem no meio rural representando 27% de toda população rural. 63% dessa juventude valoriza a possibilidade de estudar e tem maior facilidade no acesso as redes sociais e aparelhos eletrônicos (a internet é utilizada por 79% e 89% possuem aparelho celular), cerca de 2/3 são participantes ativos na vida política. Diante deste cenário a juventude rural passa a ser vista como um ator social relevante dentro dos movimentos sociais no Brasil e um importante elo para os estudos do meio rural, principalmente, pela atribuição ao jovem como futuro da agricultura familiar - LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A agricultura familiar além de ser o principal meio de desenvolvimento rural, pelo considerável papel na erradicação da fome e da pobreza, no auxílio da segurança alimentar, no uso racional dos recursos naturais e na capacidade de diminuir as desigualdades sociais e econômicas, também tornou-se relevante na reprodução familiar do campo e na contenção do êxodo rural, pois essa estrutura social e de produção contempla a juventude rural como uma garantia de continuidade da pequena produção no campo.

É relevante refletir sobre a participação dos jovens não só na construção das Políticas Públicas, mas também, na fiscalização e avaliação das mesmas, as quais deverão ter planejamentos integrados com ações transversais para um projeto de desenvolvimento consistente e democrático, equacionando demandas, oferecendo perspectivas de futuro e propiciando amplos direitos de cidadania. E, mesmo existindo um problema estrutural entre o que uma gestão faz (ou não faz) e a percepção dos atores sociais, lideranças, e a população de forma geral, é imprescindível responder positivamente, garantindo programas de governo de/para/com as juventudes de forma efetiva, com atividades programadas e realizadas, bem como objetivos e resultados esperados/alcançados.

Para isto, é fundamental avaliar/monitorar os resultados das políticas voltadas aos jovens do campo, pois dará ao governo possibilidade de visualizar os diversos fatores que contribuem para o êxodo rural, tais como a busca pela formação escolar e profissional, o lazer, as dificuldades de acesso a terra e ao crédito e assistência técnica, para sua permanência com qualidade de vida no campo.

O fortalecimento de Políticas para a Juventude rural e a criação de novos mecanismos e instrumentos de participação representam uma conquista democrática e um desafio de

um novo tipo de gestão pública brasileira. Neste contexto, é de extrema importância avaliar as ações de governo concernentes às Políticas Públicas para esta juventude, pois, apesar dos avanços no que se refere ao reconhecimento das atividades é preciso avançar na consolidação de um novo desenho institucional capaz de incorporar ao planejamento das políticas públicas estudos e pesquisas que ofereçam diagnósticos cada vez mais técnicos e científicos agregados a Cidadania.

## PARTE 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTTO, ANDREA – Autonomia e Cidadania: Políticas de organização Produtiva para as mulheres no meio rural;
- NEAD – Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso a terra no Brasil;
- Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro – Juventude Rural em Perspectiva;
- WEISHEIMER, Nilson – Juventudes Rurais: Mapa de estudos Recentes / NEAD
- Literaturas técnicas de ATER – Assistência Técnica de extensão rural;
- Site do MST:
  - Vídeo: DE QUEM É A TERRA? Do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência de Marcello Lavenere Machado - Direção: Tânia Quaresma;
  - MÃE TERRA Documentário de Lúcia Umbelino - Produzido pelo MIRAD;
- Perfil da juventude brasileira - 2004 - Perseu Abramo (Ref. UA 15 – Políticas Públicas Setoriais e de Proteção Social);
- Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político (Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez Y Juventud) (Ref. UA 15 – Políticas Públicas Setoriais e de Proteção Social);
- LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- TENDLER, Silvio – Filme: Agricultura Tamanho Família – Parceiro: Sementeia17/12/2014. <http://sementeia.org/2014/12/agricultura-tamanho-familia/>;
- DAGNINO, R – A Capacitação de Gestores Públicos: uma Aproximação ao Problema sob a Ótica da Administração Política – Revista Brasileira de Administração Pública: Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Vol.6. Salvador: abril 2013;
- DAGNINO, R; THOMAS, H; COSTA, G; GOMES, E. – Metodologia de Análises Políticas Públicas. Cap.3: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Campinas: 2014/2015.
- DAGNINO, R; Planejamento Governamental e Democratização: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP São Paulo: outubro 2013.

## **8.1. APÊNDICES**

### **➤ DOCUMENTO 1**

#### **OBSTÁCULOS À GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS EM NOSSO PAÍS QUE LIMITAM A ATUAÇÃO DO ESTADO E DA GESTÃO PÚBLICA**

Um conjunto de desigualdades deflagram alguns dos obstáculos à garantia de direitos sociais em nosso país, restringindo assim, a atuação do Estado. Já as Limitações dos gestores públicos, por vezes estão relacionadas à fragilidade na articulação e divulgação dos programas e planos de ação referentes às políticas públicas e por outras vezes reféns de processos de burocratização do acesso a estas mesmas políticas públicas. Outro entrave é a insuficiência de projetos de leis municipais e estaduais que apoiem os jovens na agricultura familiar. E que estas esferas juntamente com a federal se comuniquem.

Nos últimos anos, o Brasil/Governo Federal têm fomentado processos de mobilização social e política, a partir da temática de Juventude ou justificadamente contextualizado: Juventudes. Essa temática foi institucionalizada, por parte do governo federal a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Presidência da República e a criação do Conselho Nacional de Juventude - CONJUV. Desde então se observa a inclusão do tema, em diferentes instâncias governamentais, bem como em debates por entidades representativas, sejam estas urbanas e/ou rurais, em um movimento de reconhecimento e legitimação destes jovens como sujeitos de direitos, gerando assim, implementação de programas direcionados para esse público.

Formular políticas públicas para as juventudes é recente no Brasil. E, quando as políticas públicas são vinculadas à Juventude Rural, especialmente, vinculada à Agricultura Familiar, merecem toda uma atenção, isso porque, estes/estas jovens são considerados (as) como “categoria-chave” para a reprodução social do meio rural no Brasil. Por isso, a evasão dos e das jovens do meio rural para o meio urbano, tem sido um problema real, o qual necessita ser enfrentado.

Cabe aos gestores públicos considerarem que, para muitos jovens, talvez para a maioria, que vivem no meio rural a construção da autonomia é muito difícil, pois os padrões culturais de exploração de trabalho (pai-filhos), parecem arraigados e os modelos historicamente empregados ainda se baseiam na valorização do latifúndio e da monocultura. Também a estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de

família, passando, deste modo pelos critérios de sucessão/herança, natureza de fatores que provocam o afastamento dos jovens de sua unidade familiar.

Posto que, o Plano Nacional da Reforma Agrária se prospecte como um marco institucional, a criação recente das políticas públicas destinadas à juventude rural se mostra ainda insuficiente para produzir mudanças significativas diante dos desafios relativos ao acesso a uma educação de qualidade no campo e da transformação do meio rural, contudo, este cenário, mostra-se propenso para a criação e a consolidação de políticas públicas que estimulem a permanência dos mesmos no meio rural, possibilitando aos jovens opções viáveis para a construção de seus projetos de vida e de trabalho.

## ➤ DOCUMENTO 2

### OBSTÁCULOS COLOCADOS PELA INTERFERÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS

Segundo o último senso do IBGE, o Brasil possui mais de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 a 29 anos, o que representa, uma força de desenvolvimento para o país. Entretanto, grande parte dessa população brasileira ainda permanece sem seus direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura. O acesso aos direitos específicos também não é garantido em muitas situações, o que fundamenta expressivas lutas da juventude nos últimos anos.

O elemento que se tem traduzido em obstáculo ao processo de (trans) formação, onde a população brasileira reconheça no jovem um ator fundamental de desenvolvimento é a grande mídia, que usa estereótipos para tratar de temas relacionados à juventude, especialmente pobres, negros, moradores de periferia e jovens do campo, sugerindo a juventude como problema social.

E, dando destaque ao universo rural, a grande mídia tem massacrado nossos agricultores, minimizando sua profissão, como modelos de “burrice” e/ou subtrabalho. Tanto que até os próprios agricultores herdaram a vergonha de sua profissão embutida nestas inverdades. Também nas últimas décadas a mídia colocou os movimentos sociais, principalmente o MST, em pautas relacionadas à violência e terrorismo, assim, a causa da reforma agrária foi banalizada por muitos e associada a “foras da lei”.

Hoje nos deparamos com uma população cheia de ódio aos movimentos sociais e às minorias. Ódio a todo e qualquer agente de transformação; a grande mídia segue com seu padrão de manipulação usado para tentar fraudar a imagem real e positiva de processos de revolução.

Fazer políticas públicas de/para/com jovens sem visibilidade em áreas vulneráveis ou mais vulnerabilizadas, onde a juventude é também atingida e vitimada, se torna imperativo para impulsionar a visibilidade social positiva dos jovens, suas realidades e suas comunidades, em contraponto a esta grande mídia brasileira.

Diante dessa conjuntura, é preciso responder a um conjunto de problemas, com destaque ao desemprego juvenil, educação de qualidade, saúde integral, acesso à cultura, esporte e lazer, a promoção do direito ao tempo livre e o direito à participação, direito à terra, direito à participação, direito à comunicação, etc. Em paralelo, é preciso elencar processos de formação que contribuam para a construção de uma imagem positiva do jovem e do jovem

agricultor, que lhe dê voz e visibilidade! Que o coloque nos meios massivos de comunicação, não relacionados à criminalidade! Propondo inicialmente meios de comunicação alternativas nos processos de: transformação de territórios, emancipação juvenil e formação cidadã.

## 8.2. ANEXOS

### ➤ ANEXO 1



DELEGACIA FEDERAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO RS  
Av.: Loureiro da Silva nº 515 sala 312 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP: 90010-420  
Telefone – (51) 32804006



#### **Relatório de Pesquisa a Jovens do Campo assistidos por Políticas Públicas de Fortalecimento ao Desenvolvimento Rural nos Territórios de Cidadania Médio Alto Uruguai e Noroeste Colonial no Estado do Rio Grande do Sul**

Na perspectiva do Desenvolvimento Rural no âmbito Federal, a grande característica das políticas públicas sustentáveis no Brasil tem sido a sensibilidade de não apenas pensar nos jovens, mas sim, ser demandado por eles. Com isso, surge a necessidade de identificar políticas públicas exitosas, que assegurem o direito do jovem a ficar no campo, quando este for, de fato, seu desejo!

Novembro/2014

1

# Programa de Fortalecimento da **Autonomia** Econômica e Social da **Juventude Rural**



*Juventude Rural*  
Fortalecimento da Autonomia  
Econômica e Social



[Juventude.gov.br](http://Juventude.gov.br)